



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

43ª edição / Fevereiro de 2025

MTE DIVULGA LISTA DE HABILITADOS/AS COM RECURSO NO EDITAL 10/2024 DO PROGRAMA PAUL SINGER

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), e a Fundacentro divulgaram, no dia 14 de fevereiro, a lista de candidatos(as) habilitados(as) com recurso no Edital 10/2024 do Programa Paul Singer. Ao todo, 353 recursos foram enviados, dos quais 160 foram deferidos e 164 indeferidos. Entre os 9.703 candidatos(as) inscritos(as), 8.734 tiveram suas inscrições validadas, e 3.791 foram habilitados(as), correspondendo a 43,4% do total de inscrições.

Conforme o cronograma, a próxima etapa do processo seletivo ocorre entre 17 de fevereiro e 14 de março, com a avaliação e análise documental dos(as) habilitados(as). Ainda segundo o edital, o resultado parcial da seleção e a lista de aprovados(as) para a fase de análise dos vídeos de apresentação pessoal estão previstos para serem divulgados em 17 de março.

O Programa de Formação Paul Singer é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Senaes, em parceria com a Fundacentro. Os(as) selecionados(as) atuarão em duplas nos estados e no Distrito Federal, mapeando iniciativas de Economia Popular e Solidária, fortalecendo empreendimentos solidários baseados na autogestão e cooperação, além de apoiar a formulação de políticas públicas para o setor.

Este é o quarto processo seletivo vinculado ao Termo de Execução Descentralizada (TED), como parte do projeto "Trabalho Digno, Justo, Saudável, Seguro e Solidário".

Acompanhe o processo seletivo pelo site da Fundacentro em

<https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/edital-10-2024>



PORTARIA DA SENAES/MTE CRIA COMITÊ GESTOR DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA TI YANOMAMI E YE'KWANA



No dia 29 de janeiro, foi publicado no Diário Oficial da União, portaria que institui Comitê Gestor com a finalidade de acompanhar, monitorar e orientar os projetos de qualificação para formalização e fomento de organizações de catadoras e catadores de resíduos sólidos, com inclusão prioritária do povo indígena Yanomami e Ye'kwana, localizados nos estados do Amazonas e de Roraima. A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

A criação do Comitê Gestor é parte de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprias desses povos, conforme a Convenção 169 da OIT, que também prevê a escuta como forma de garantir direitos e a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos em Terras Indígenas. Enquanto estratégia de preservação ambiental e economia solidária, também será realizada em conjunto com as entidades governamentais e indígenas que têm experiência na região.

A ação é resultado de parceria entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), com inclusão prioritária do povo indígena das duas etnias, localizados nos estados do Amazonas e de Roraima, que envolve a transferência de R\$ 20 milhões às Organizações da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Edital.

Até o final de março, será realizada a inauguração oficial do Comitê, em Brasília, que ajudará a implementar a política pública de Economia Solidária, em acordo com a Lei 15.068/24, ao longo dos 24 meses de execução, e contará com a presença dos ministros Luiz Marinho (MTE) e Sônia Guajajara (MPI).

Conforme a proposta definida pelo Edital, 20 agentes de reciclagem indígena serão treinados para trabalhar como recicladores de resíduos, dois em cada base, sendo definidas 10 bases distribuídas entre os estados (RR e AM). A concepção pedagógica do programa, bem como a metodologia, está em acordo com as estratégias definidas pelo Governo Federal para a preservação dos territórios, orientadas pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR).

Até agora, foi detectado que existem 70 toneladas de plástico que estão acumuladas nas áreas afetadas, como o Ministério da Saúde por meio do DSEI, a prefeitura de Boa Vista/RR, a Casa do Governo Federal em RR, o Fórum de Economia Solidária Estadual e apoios dos agentes e coordenadores estaduais do Programa Paul Singer da Senaes.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-senaes-/mte-n-121-de-29-de-janeiro-de-2025-612404349>



ENCONTRO DE NOVOS PREFETOS E PREFEITAS: SENAES APRESENTA ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CAMINHO PARA SUPERAR DESIGUALDADES



No dia 12 de fevereiro, o secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, falou sobre cooperativismo e caminhos para os municípios brasileiros durante sua exposição no Encontro de Prefeitos e Prefeitas realizado pelo governo federal em Brasília. Carvalho explicou aos novos gestores e gestoras públicos/as o funcionamento e as ações para impulsionar essa modalidade de gestão coletiva com resultados compartilhados que as cooperativas promovem nos municípios.

Ele destacou a importância da Economia Popular e Solidária de uma forma simples e direta: “entendemos que as formas diversas de Economia Popular e Solidária acontecem tanto no campo quanto na cidade, de forma inteligente e avançada do ponto de vista das relações humanas, mas também uma forma de contribuir para o desenvolvimento econômico dos municípios e do país. É o princípio de que uma pessoa sozinha tem muita dificuldade, já quando se junta pode avançar com qualidade”.

Carvalho falou das ações desenvolvidas pelo MTE que serão fundamentais para o desenvolvimento da Economia Popular e Solidária nas cidades brasileiras. Dentre elas, citou a implementação dos Agentes de Economia Popular e Solidária do Programa Paul Singer de Formação, que também podem ser pontos de apoio às administrações municipais. “No primeiro momento, serão 500 agentes que vão se espalhar pelo país e tentar ampliar a Economia Popular e Solidária, ajudar a prefeitura local, os parceiros locais, entidades, a detectar áreas, espaços e verificar as possibilidades de surgimento ou desenvolvimento de iniciativas de Economia Popular e Solidária e cooperativas pelo país”.

Em sua explanação de quase 20 minutos, Gilberto explicou que a Economia Popular e Solidária não é apenas um modelo econômico produtivo, capaz de unir pessoas, criar trabalho e renda, promover sustentabilidade, estimular o consumo consciente e o comércio justo, mas sim um modo de vida, “onde os trabalhadores são os donos, respeitam a terra, respeitam o planeta. É um novo modo de comercialização, onde ganha quem produz, quem consome e quem comercializa, de maneira também igualitária. E um novo modo de consumo, num tempo em que a gente prega que o consumismo exacerbado destrói o planeta e não faz sentido”, pontou.

Participaram da mesa a Secretária de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ana Terra Reis, e o Diretor de Fomento do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MEMPE), Marcelo Strama.

Ana Terra destacou a articulação do Governo Federal e do MDA em torno da pauta do cooperativismo vinculado ao abastecimento alimentar, tendo a cooperação e a agroecologia como eixos de transformação da realidade no campo. Para ela, pensar e propor ações sobre a cooperação é também pensar e propor novas formas de se relacionar com a natureza, especialmente a agricultura familiar, que tem esse papel de fazer a relação com os municípios.

“É importante situar essas diversas formas de cooperação então ao invés de falarmos de cooperativismo, quando a gente fala em economia solidária, estamos falando de diversos grupos de empreendimentos, de grupos informais, de associações, de formas de organização e de cooperação que remontam aos mutirões e de colheitas coletivas. Esse é um jeito muito brasileiro de se relacionar e socializar, que foi se perdendo conforme o país foi se urbanizando”, contextualizou Terra.

Reconhecer a realidade da agricultura familiar, segundo Ana Terra, tem sido um desafio para organizar um amplo banco de dados, cruzando várias fontes diferentes, quando se chega a quase 12 mil cooperativas e associações espalhadas por todo o Brasil.

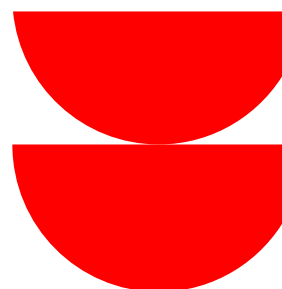
Marcelo Strama do MEMP contou as experiências do novo ministério aos gestores e o quanto as cooperativas podem impactar diretamente na renda per capita e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios. “São pessoas que vivem melhor quando estão dentro da cultura do cooperativismo”, salientou Strama.

Com informações do site do MTE em

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/fevereiro/mte-divulga-no-encontro-de-prefeitos-acoes-para-fortalecer-a-economia-solidaria-nos-municipios>



Foto Renato Menezes/AscomAGU



FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BANCOS PÚBLICOS E MOEDAS SOCIAIS ESTIMULAM A ECONOMIA LOCAL E FORTALECEM O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



Foto Samara Landim/Senaes

Dando seguimento à participação da Senaes no Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, no dia 13 de fevereiro, o Diretor de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fernando Zamban, abordou o papel das finanças solidárias e das moedas sociais como ferramentas para fortalecer a economia local. Zamban ressaltou que essas iniciativas surgiram da mobilização social e de organizações comunitárias que identificaram as limitações do sistema financeiro tradicional em atender regiões periféricas, áreas rurais e comunidades em situação de vulnerabilidade. A fala foi realizada na oficina Finanças Solidárias e Moedas Sociais para Impulsionar a Economia dos Municípios Brasileiros, em parceria com o Banco Palmas e Instituto E-Dinheiro Brasil.

“A moeda social é um importante instrumento de desenvolvimento dos territórios. Ela mantém a riqueza dentro do próprio município, estimulando a economia local, o comércio, os negócios e o crédito, em vez de transferir esses recursos para outras regiões. Ter um banco municipal ou comunitário contribui para que a população mais empobrecida tenha acesso a serviços bancários, que tradicionalmente estão concentrados nos grandes centros urbanos. Por isso, é uma ferramenta essencial para as prefeituras promoverem o desenvolvimento econômico de seus municípios”, destacou.

Zamban apresentou quatro pilares das finanças solidárias: bancos comunitários, moedas sociais, fundos solidários e cooperativas populares de crédito. Segundo ele, esses mecanismos estão sendo integrados para estruturar o Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Um dos avanços destacados foi a articulação com o governo federal para permitir que benefícios sociais sejam operados por bancos comunitários. A iniciativa será testada em dois municípios antes de ser ampliada para outras localidades.

O diretor da Senaes explicou que a criação de uma moeda social municipal começa com a decisão política da gestão local, seguida pela reserva de um fundo que garante seu lastro e pela autorização do Banco Central. A moeda pode ser emitida em formato físico ou digital, por meio da plataforma Edinheiro. Para garantir sua circulação, é fundamental estimular a conversão de recursos e seu uso no comércio local. Em estágios mais avançados, o banco municipal pode captar crédito de outras instituições e oferecer financiamentos com taxas mais acessíveis.

Zamban reforçou o convite para que prefeitos, prefeitas e secretários municipais se tornem parceiros na implementação de bancos comunitários e cooperativas populares de crédito, ampliando o acesso a serviços financeiros e fortalecendo a economia local. "Precisamos democratizar o acesso ao crédito e às ferramentas financeiras para que os recursos permaneçam nas comunidades e fortaleçam a economia local", concluiu.

O coordenador do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas, Joaquim Melo, que também dirige o Instituto E-Dinheiro Brasil, apresentou um panorama do setor e detalhou a trajetória da iniciativa, iniciada em 1998 com os moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP).

"Hoje, existem 182 moedas sociais em circulação no país. Destas, 178 funcionam de forma autônoma, restritas a comunidades específicas, enquanto 11 são iniciativas promovidas por prefeituras", explicou Melo, que também coordena a Rede Nacional de Bancos Comunitários.

Segundo ele, os municípios que adotam moedas sociais podem utilizá-las em programas como renda básica, auxílio-alimentação e créditos locais, garantindo que os recursos permaneçam na economia local e beneficiem diretamente a população.

"Essas moedas, criadas por bancos municipais e comunitários, funcionam por meio de cartões de débito e crédito próprios, sem substituir grandes bancos parceiros, como a Caixa", afirmou. Segundo ele, as moedas sociais em circulação no país impactam cerca de 250 mil pessoas e 25 mil comércios. "Entre 2021 e 2024, foram realizadas 12 milhões de transações, movimentando R\$ 1 bilhão na economia local desses territórios", completou.

O prefeito de Indiaroba/SE, Marcos Sertanejo, compartilhou a experiência prática da criação e implementação de uma moeda social digital e de um banco municipal. Localizado no sul de Sergipe e com mais de 17 mil habitantes, o município lançou, em 2022, seu banco municipal e a moeda social digital Aratu, batizada em homenagem a um marisco típico da região. Cada Aratu equivale a um real.

Marcos detalhou o processo de implantação, destacando os desafios enfrentados e as etapas políticas e institucionais necessárias para viabilizar o projeto. Atualmente, além de administrar o pagamento de benefícios sociais, o banco municipal registra um crescimento expressivo no uso da moeda social. No início, apenas 32 empreendedores aderiram à iniciativa; hoje, já são mais de 350. "O sentimento de pertencimento da população é notável, especialmente entre aqueles que recebem o cartão do Banco Aratu", celebrou o prefeito.

Com informações do site do MTE em

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/fevereiro/bancos-publicos-e-moedas-sociais-estimulam-a-economia-local-e-fortalecem-o-desenvolvimento-municipal>

RIO GRANDE DO SUL: SENAES E CAF SE UNEM PARA APOIAR RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECOSOL EM RAZÃO DA TRAGÉDIA CLIMÁTICA

No dia 11 de fevereiro a direção da Senaes se reuniu com representantes do CAF – banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe para tratar de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo apoiar a reconstrução de políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul. A previsão é que a assinatura do ACT aconteça em meados de março, em Porto Alegre/RS.

Pelo CAF participaram a representante da CAF no Brasil, Estefania Laterza, o Executivo Senior da CAF no Brasil, Jose Rafael Neto, a Executiva de Fundos de Cooperação Técnica, Ana Beatriz Tonello, e a assistente administrativa, Claudia Almeida.



Foto Ascom/MTE

EDITAL SERTÃO PRODUTIVO

No dia 18 de fevereiro será realizada, de forma virtual, a 3ª Oficina para o edital Sertão+ Produtivo. O BNDES e a Petrobras lançaram, em 12 de dezembro de 2024, o Edital Sertão + Produtivo para seleção de projetos de instituições de apoio a empreendimentos coletivos que visem ao fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização da Agricultura Familiar no Semiárido Brasileiro para produção de alimentos saudáveis e geração de renda.

Para fins do Edital Sertão + Produtivo, o Semiárido brasileiro foi dividido em dez territórios chamados de Regiões BNDES. Cada projeto proposto deverá indicar uma Região BNDES e os municípios onde atuará. Será selecionado um projeto para cada Região BNDES.

Para fins do Edital Sertão + Produtivo, o Semiárido brasileiro foi dividido em dez territórios chamados de Regiões BNDES. Cada projeto proposto deverá indicar uma Região BNDES e os municípios onde atuará. Será selecionado um projeto para cada Região BNDES.

Quem pode apresentar projetos para o Edital Sertão + Produtivo?

Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituídas no Brasil, há pelo menos 5 (cinco) anos, com experiência de trabalho em projetos voltados para estruturação de empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar no Semiárido.

Investimento

Cada projeto deverá prever investimento total de, no mínimo, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e, no máximo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observados os limites por:

- até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por **empreendimento coletivo**;
- até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por **cooperativa central**;
- até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por **agricultor (a) associado(a) do empreendimento coletivo ou para a propriedade familiar**.

As inscrições estão disponíveis pelo Portal do Cliente do BNDES. Os interessados devem acessar o link disponível no site do edital

<https://www.bndes.gov.br/editalsertaoprodutivo>

Nesse endereço também constam mais informações do site do BNDES em



Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicação.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833